

# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

ORDEM DE DIA:..... ( 1 • 1 • 6 8 9 ) .....

A Câmara Municipal de Jacareí decreta e  
ou benciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Jacareí autorizada a conceder,  
em concorrência pública, nos moldes previstos na Lei Orgânica da Municipalidade,  
a exploração dos serviços telefônicos urbanos, distritais e interdistritais,  
no Município de Jacareí, à empresa idêntica devidamente organizada, ob-  
servadas as disposições contidas nesta lei.

Artigo 2º - O prazo de duração da concessão será de 20 anos, a contar da data  
em que entrar em vigor o contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a  
Empreza Concessionária, findo o qual continuará esta na plena propriedade de  
todas as suas instalações, aparelhos e bens realizados no serviço.

§ 1º - A presente concessão poderá ser prorrogada por uma ou  
mais vezes, por prazo não superior a 10 (dez) anos de cada vez,  
mediante notificação judicial do concedente à concessionária fei-  
ta com antecedência mínima de 6 (seis) meses e não maior de 1  
(um) ano da data de vencimento do contrato ou prorrogação em  
vigor.

§ 2º - Em qualquer tempo após vencida o contrato ou prorrogação  
o concedente poderá desapropriar as instalações da concessionária  
mediante o pagamento de exato valor de custo de aporte, quer  
para explorar diretamente serviço, quer para outorgar por via  
de concorrência pública, nova concessão.

Artigo 3º - A Concessionária se obriga a instalar inicialmente uma rede  
telefônica local, de sistema autônomo, com a capacidade mínima de 500  
(quinhentas linhas), para servir aos assinantes localizados dentro do per-  
ímetro urbano da cidade, que se inscreverem no prazo de 60 (sessenta) dias a  
contar da data da assinatura do contrato de concessão.

§ 1º - A Concessionária se obriga a inaugurar a sua instalação  
inicial no prazo de 18 (dezesseis) meses a contar da data da es-  
critura do contrato de concessão.

§ 2º - Para efeitos deste artigo, considera-se perímetro urbano  
da cidade, a demarcação contida na planta cadastral da cidade que  
fará parte integrante do contrato de concessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Digitized by srujanika@gmail.com

§ 3º) A partir da data de funcionamento do serviço telefônico urbano, a concessionária se obrigará a atender dentro de 180 (cento e oitenta) dias, qualquer pedido para instalação de aparelhos na zona rural, desde que o interessado se inscreva como assinante e cuosteie todas as despesas da instalação pretendida, inclusive a extensão da rede a contar de extremo da rede urbana mais próxima, ou que o interessado pague à disposição da concessionária rede construída segundo exigências técnicas que permitam a instalação pretendida.

Artigo 4º) A Concessária se obriga a realizar as necessárias ampliações da rede telefônica sempre que, pelo progresso da cidade, houver demanda superior a 100 novas aparelhos, além do limite fixado no artigo 3º, iniciando cada ampliação no prazo de 30 ( trinta ) dias a contar da data em que se complete aquele número de pretendentes e concluída cada ampliação no prazo de 6 ( seis ) meses.

§ únicos ) são válidas para crearem esta obrigação as inscrições feitas perante a Concedente e comunicadas à Concessária.

Artigo 58 ) - A Concessionária se obrigará a adquirir equipamentos telefônicos de fornecedor que già possui fábrica em pleno funcionamento no país, garantindo aos seus assinantes, dessa forma, mais rápida manutenção e maior facilidade na aquisição de futuras ampliações.

Artigo 6º ) A concessionária se obrigará a construir uma rede externa com a reserva mínima de 30 % ( trinta por cento ) sobre a numeração terminal e serão instaladas conforme o artigo 3º, fazendo a extensão das cabos subterrâneos em trechos técnicamente recomendáveis, e afretos, mas dentro das regras.

§ Único ) Nos trechos em que houver extensões subterrâneas,  
ficará a Concessionária obrigada a reconstruir e calçamento  
e outras obras pertinente destruídas.

**Artigo 72.** - A Concessionária se obrigará a instalar telefones públicos em estabelecimentos que ofereçam as necessárias condições de decréto e higiene, à razão de um para cada grupo de 100 assinantes, localizados em quartéis ou bairros de escolha da Concedente.

Artigo 8º ) - A Comunidade poderá adotar o plane de auto-financiamento, é exemplo de outras cidades.

# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO



LEI MUNICIPAL N° 1000

Artigo 9º ) - Durante o prazo da concessão a Concessionária terá direito ao lucro líquido anual previsto da lei federal e calculado sobre o justo valor da rede telefônica, depois de deduzidas todas as despesas do serviço, inclusive as de Depreciação e as de formação de reservas legais ou estatutárias da Concessionária.

Artigo 10º ) - Durante o prazo da concessão, a Concessionária terá direito de calcular no máximo 10 (dez por cento) sobre o capital invertido na rede telefônica, para constituição de um fundo de Depreciação que será destinado à exisção das despesas com a renovação e ampliação de suas instalações.

Artigo 11º ) - A Concessionária a qualquer tempo mediante demonstração contábil, poderá majorar os preços dos serviços, a fim de garantir a remuneração mínima estipulada no artigo 9º.

Artigo 12º ) - Todas as tarifas e taxas correspondentes aos serviços da Concessionária serão estabelecidas adiantadamente, ficando entendido que este poderá desligar ou retirar seu aparelhamento, se o assinante deixar de satisfazer o pagamento no prazo estabelecido, providência esta que independe de ações judiciais ou extra-judiciais.

Artigo 13º ) - A Concessionária poderá colocar e manter suas linhas, cabos, árees e subterrâneos, postes e suportes em qualquer praças, ruas e logradouros públicos, por onde tiver de estender seus serviços, obedecendo as posturas municipais e bem assim nos estabelecimentos públicos e prédios particulares, uma vez obtida prévia permissão do Poder Concedente ou dos proprietários dos prédios, procurando sempre manter e auxiliar o ambeletemento da cidade, correndo por conta exclusiva da Concessionária as despesas com a reposição de calçamento e reconstituição de obra de arte.

§ único ) Mediante prévia licença dos proprietários ou do Poder Concedente, a Concessionária poderá se utilizar das canalizações em dutos, bem como poderá pedir as árvores existentes na via pública, no trajeto da sua linhas.

Artigo 14º ) - Durante o prazo da concessão, a Concessionária ficará isenta de todos os impostos e tributos municipais, sendo devidas apenas as taxas remuneradoras de serviços, tais como água, esgoto e limpeza pública. Durante o mesmo prazo a Concessionária gozará do direito de desapropriação, na forma da legislação em vigor, relativamente aos prédios e terrrenos necessários ao serviço concedido, correndo por conta sua exclusiva os ônus das desapropriações. Ficando entendido que o Poder Concedente, através de Legislativo e de Executivo,

# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR D. FERNANDO VIEIRA DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREÍ

Artigo 15º) A Prefeitura Municipal estabelecerá multas de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) pela infração de quaisquer disposições contidas no contrato, devidadas nas reincidências e taxadas a critério do Poder Executivo.

Artigo 16º) - A Concessionária poderá, com qualquer bens mediante prévia autorização do Poder Executivo, transferir ou arrendar o contrato de concessão, com seus bens, direitos e obrigações e vantagens a terceiros de comprovada idoneidade ou outra empresa que venha a ser organizada nos termos da presente lei, desde que a outra seja integralmente, as cláusulas do contrato em vigor.

Artigo 17º) - Dentro de 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para entrega das propostas, o sr. Prefeito Municipal escolherá aquela que, atendendo aos preceitos desta lei, melhor convenha aos interesses do Município, ou rejeitará a todas, com que disso resulte qualquer direito aos proponentes.

Artigo 18º) - No julgamento das propostas deverão ser levadas em conta o conjunto das condições oferecidas e a segurança da execução dos serviços nos prazos que forem fixados; serão também levados em consideração, como fatores ponderáveis, a existência de acionistas do Município, na constituição de capital da concorrente, bem como fazerm parte de sua administração, pessoas aqui radicadas.

Artigo 19º) Em igualdade de condições com terceiros, a Companhia fundada e sediada no Município, terá preferência para a exploração do serviço.

Artigo 20º) - Na se tratando de Companhia recém fundada, deverá apresentar documento hábil de que está devidamente assistida por empresa especializada em organização de serviços telefônicos e que já tenha efetivamente realizado e inaugurado empreendimentos semelhantes no país.

Artigo 21º) - A Prefeitura Municipal fica autorizada a assinar contrato com a firma vencedora da concorrência, desde que sejam obedecidas as dispositivas da presente lei e demais legislações em vigor.

Artigo 22º) - Para atender as despesas decorrentes da publicação de editais e outras, consequentes desta lei, fica aberto o crédito especial de CR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) no orçamento vigente.

Artigo 23º) - Havendoas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacareí, 11 de Novembro de 1961 \*